

ESTADO DE SÃO PAULO

Muita esperteza e especulação

03 NOV 1991

ZÉLIA CARDOSO DE MELLO

Os acontecimentos desta última semana mostraram claramente a fragilidade da conjuntura econômica, indicando que os graves desequilíbrios estruturais da economia brasileira permanecem não resolvidos.



Evidenciou-se quão tênue é a linha divisória entre a desorganização global do funcionamento da economia e a manutenção de condições mínimas de operação da atividade econômica.

Neste momento em que a crise se exacerba, o Congresso Nacional e o governo devem agir com cautela para transmitir tranquilidade à população. Da parte do Executivo, um equívoco nas linhas mestras de combate à inflação poderá ter consequências imprevisíveis.

Embora seja grave a situação, a hiperinflação não é inevitável — e queira Deus ninguém pense que ela seja deseável — na medida em que o governo tem condições de recuperar seus instrumentos de política econômica. São os especuladores profissionais, aliados aos adversários políticos do governo, que procuram provar o contrário aos incautos para com isso, evidentemente, ganhar mais dinheiro e tumultuar a vida nacional. Nem o Congresso nem o governo podem perder isso de vista e se deixarem enganar pela especulação oportunista.

O saldo é bastante negativo: é provável que tenhamos ido a um círculo vicioso ou esteja-

mos próximos a ele, e, se for correta a impressão, governo, Congresso e lideranças políticas responsáveis devem unir-se para enfrentar soberanamente este momento.

Em várias ocasiões escutava em São Paulo algumas reportagens no rádio do carro sobre a crise em Brasília, no Congresso Nacional, e olhava à minha volta à procura da hiperinflação. A rotina das pessoas seguia, parecia haver um compasso de espera, mas tudo funcionava. Os indícios de agravamento da crise estavam entretanto estampados nas notícias de demissões de operários: tradicional, cruel e precipitado instrumento de resposta do nosso empresariado.

No engarrafamento paulista escutei parlamentares discursando e dando entrevistas para trombetear a morte do programa de abertura econômica, apontado até como o responsável por aquele momento de inquietação. Outros pregavam o aumento do controle do Estado sobre a economia, o retrocesso.

Enquanto observava o movimento, imaginava quanto a sociedade brasileira vai perder se novos erros tumultuarem a vida nacional a ponto de se recuar nos timidos passos dados na direção da modernidade e da integração com a economia internacional.

Nesta hora de incertezas não podemos errar mais uma vez: a estrada que vai nos levar ao final do túnel é a mesma traçada no discurso inicial de março de 1990, seguida pela adoção de medidas fortes que buscavam a redução do Estado, a privatização, o fim do protecionismo, a abertura econômica, o ajuste fiscal, a competição, etc. ...

Este discurso que deu ao presidente Fernando Collor 35 milhões de votos não conseguiu até hoje ser totalmente implementado. Um ano e oito meses de governo serviram para mostrar que milhões de votos por si não resolvem o problema do País.

É fundamental que o governo tenha sustentação política no Congresso Nacional para a concretização das reformas, que são a rigor as mesmas que estão sendo praticadas com sucesso em toda a América Latina e no mundo.

O Congresso Nacional é o fórum adequado para a discussão da saída para a crise brasileira. Os empresários, os economistas, a sociedade civil, as lideranças sindicais, os jornalistas, enfim, todos devemos apelar ao Congresso, apoiar o trabalho dos parlamentares, pressionar os partidos e clamrar a Nação. A democracia é o valor maior a ser preservado.

Do difícil porém imprescindível debate democrático é que sairão os caminhos para a superação da crise. Desde o início do governo, o presidente Fernando Collor não teve o necessário apoio do Congresso Nacional que, embora tenha aprovado o seu programa, lhe negou a estabilidade necessária para os ajustes, o aprofundamento, a correção de rumos e o apoio crítico tão fundamental para a solução de uma crise tão profunda que já dura mais de dez anos.

O governo, por seu turno, cometeu equívoco na condução política do processo, na ilusão de que os milhões de votos poderiam resolver tudo sozinhos.

Houve preconceitos de ambos os lados. Errou o Executivo, mas erraram também os

grandes partidos que rejeitaram um jovem presidente, sem partido, que os derrotou. Com maior ou menor grau todos responderão perante a Nação no futuro, por esses erros.

A semana que passou vale como um alerta. Ficamos muito próximos de uma situação tangente ao ingovernável e o Executivo quase perdeu todos os instrumentos, ao agir abruptamente na condução do dia-a-dia da política monetária e cambial.

Houve muita esperteza e especulação.

Estes fatos não podem levar à mudança da pauta correta de ação do governo. Os desequilíbrios estruturais que tentamos corrigir no início do governo não podem ser deixados em um segundo plano. Governo e Congresso Nacional só possuem uma solução: sentar e tentar mais uma vez o entendimento.

Definir um consenso mínimo sobre ações concretas imediatas e apoiar sua implementação é tarefa inadiável.

E este o único é óbvio caminho. Tenho certeza de que a maioria do Congresso Nacional pensa assim. O governo deve ceder no que for possível e necessário ao entendimento e o Congresso Nacional deve cumprir a sua responsabilidade histórica. Fora do plano do entendimento não há alternativa.

A Nação espera a atitude responsável e patriótica de nossas lideranças para que possamos superar as grandes dificuldades do momento e construir um país justo e solidário.

■ Zélia Cardoso de Mello, economista, foi ministra da Economia, Fazenda e Planejamento e é presidente do Instituto Brasil.